

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.593.214 - SP (2019/0292322-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : P B DE S - ESPÓLIO
REPR. POR : Z B DE O S - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : JAIME RODRIGUES DE ALMEIDA NETO - SP174547
GUSTAVO HENRIQUE COIMBRA CAMPANATI - SP174542
AGRAVADO : E DE S O
AGRAVADO : DONA BELLA PRESENTES, COSMETICOS E PERFUMARIA
LTDA
ADVOGADOS : TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS - SP021179
CÉSAR AUGUSTO FERRAZ DOS SANTOS - SP099036
CECÍLIA DE OLIVEIRA CRESPI - SP120650
INTERES. : P B DE S J
INTERES. : E B DE S
INTERES. : K B DE S
ADVOGADO : JAIME RODRIGUES DE ALMEIDA NETO - SP174547

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por P. B. DE S. - ESPÓLIO em face da decisão acostada a fls. 1435-1436 e-STJ que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelo ora agravante.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 590-602 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL - Interposição contra decisão do relator que negou conhecimento ao recurso - Inconformismo - Desacolhimento - Parte agravante que insiste na pretensão de conhecimento - Pronunciamento judicial objeto deste recurso que tem a natureza de decisão 205 interlocutória, nos termos do art. 203, § 2º, do Código de Processo Civil, não sendo cabível a interposição de apelação - Art. 1.015, parágrafo único, do referido diploma processual que é muito claro ao estatuir que cabe recurso de agravo de instrumento "contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença" - Agravo regimental que é manifestamente improcedente - Aplicação de multa de 5% sobre o ê) valor atualizado da causa - Inteligência do art. 1.021, § 4º, do referido diploma processual - Decisão mantida - Recurso desprovido com imposição de multa.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões de recurso especial, alegou o insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: (i) art. 5º, 188 e 277, 203, §1º; 1.009, *caput* e 1.015, todos do CPC/15, defendendo que a decisão recorrida, a qual pôs fim a fase de liquidação, tem natureza de sentença e, portanto, deve ser impugnada por meio de recurso de apelação, sendo possível, ainda, a aplicação do princípio da fungibilidade recursal; (ii) art.

1.021, §4º, do CPC/15, argumentando não ser devida a condenação ao pagamento de multa por recurso protelatório.

Contrarrazões a fls. 1427-1433 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem negou seguimento ao apelo nobre ausência de prequestionamento e insuficiência de fundamentação recursal.

Inconformado, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada a fls. 1439-1451 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta a fls. 1454-1461 e-STJ.

É o relatório. Decide-se.

O recurso comporta provimento apenas quanto ao afastamento da multa.

1. Consoante a jurisprudência formada no âmbito deste Tribunal Superior ainda na vigência da antiga lei adjetiva civil, "*O provimento judicial que resolve a liquidação de sentença via de regra não determina fim ao processo, permitindo apenas que se avance para a fase de cumprimento da sentença, sendo impugnável por agravo de instrumento, nos termos do art. 475-H do CPC*" (REsp 1.291.318/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 24/2/2012).

O mesmo entendimento pode ser aplicado ao novo Código de Processo Civil, haja vista a previsão expressa no art. 1.015, p.u., desse diploma quanto a ser cabível o agravo de instrumento em face das decisões proferidas em sede de liquidação de sentença cuja natureza seja interlocutória. Trata-se, portanto, de erro grosseiro, que impede a fungibilidade recursal.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA RÉ.

1. Não há falar em ofensa aos arts. 489 e 1022 do CPC/15, porquanto as questões fundamentais ao deslinde da controvérsia foram apreciadas pelo Tribunal a quo, sendo que não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a mera decisão contrária ao interesse da parte, tal como na hipótese dos autos. Precedentes.

2. Não cabe a esta Corte, em sede de recurso especial, examinar violação à dispositivo constitucional, tendo em vista que a Constituição Federal reservou tal competência ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 102, III, da CF. Precedentes.

3. Consoante entendimento firmado por esta Corte Superior, o recurso cabível contra decisão de liquidação que não põe fim ao processo é o agravo de instrumento. A interposição de apelação constitui erro grosseiro que impede a aplicação do princípio da fungibilidade.

3.1. No caso dos autos, o Tribunal de origem constatou que a decisão judicial contra a qual foi interposta apelação não extinguiu o processo, mas tão somente encerrou a fase de liquidação de sentença e passou ao cumprimento de sentença, determinando que as partes apresentassem planilha de cálculo atualizada, de modo que o recurso cabível naquela oportunidade era o agravo de instrumento, e não a apelação. Incidência da

Súmula 83/STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1776299/AM, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 26/11/2019, DJe 27/11/2019)

TRIBUTÁRIO. DECISÃO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA QUE NÃO EXTINGUE A EXECUÇÃO. ART. 475-H DO CPC/73. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO. ERRO GROSSEIRO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. PARA CONHECER DA APELAÇÃO. PRECEDENTES. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA N. 83/STJ.

I - A jurisprudência do STJ é no sentido de que, conforme prevê o art. 475-H do CPC/73, o recurso cabível contra decisão de liquidação é o agravo de instrumento. Assim, entende-se que a interposição de apelação constitui erro grosseiro que impede a aplicação do princípio da fungibilidade. Precedentes: REsp n. 1.650.609/RJ, Rel.

Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/3/2017, DJe 27/4/2017; AgRg no REsp n. 1.044.447/SP, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 7/11/2013, DJe 11/12/2013; e EDcl no AREsp n. 257.973/MG, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 7/2/2013, DJe 26/2/2013.

II - Ainda de acordo com a jurisprudência desta Corte, entende-se que a decisão judicial que resolve incidente de liquidação deixa de ter natureza interlocutória se extinguir o próprio processo, sendo cabível nesses casos a impugnação da decisão por meio do recurso de apelação. Nesse sentido: AgInt no AREsp n. 1.054.164/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/8/2017, DJe 21/8/2017.

III - Todavia, no caso dos autos, fica claro que a decisão judicial contra a qual foi interposta apelação não colocou fim à execução fiscal, visto que o juiz de primeira instância se limitou a homologar o valor atualizado do débito inscrito em dívida ativa, com os respectivos encargos legais e a determinar a intimação da parte executada para a apresentação de eventuais débitos a serem compensados. **Dai porque o recurso cabível seria o agravo de instrumento.**

IV - Quanto à parte do recurso especial interposto pela alínea c, estando o acórdão recorrido em sintonia com o atual entendimento do STJ, incide o óbice do enunciado n. 83 da Súmula do STJ, de acordo com o qual "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

V - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1623408/PB, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 14/02/2019)

Segundo os autos, a Corte de origem **não conheceu do recurso de apelação manejado pelo ora insurgente em face da decisão acostada às fls. 1257-1260 e-STJ**, homologou os cálculos apresentados em liquidação de sentença e determinou o prosseguimento do feito, com a intimação da parte requerida para pagamento, sob pena de

incidência de multa, nos termos do art. 523, §1º, do CPC/15.

Essencialmente, o Tribunal *a quo* verificou que o recurso cabível seria o agravo de instrumento, afirmando, ainda, não ser possível aplicar ao caso a fungibilidade recursal, ante o erro grosseiro.

Cita-se o excerto correspondente (fl. 1382 e-STJ, sem grifos no original):

E mais, a sentença de fls. 285/293 determinou a apuração de haveres por perícia contábil, sendo mantida em grau de recurso (fls. 377/384 e fls. 417/420). Com a baixa dos autos à origem, o MM. Juízo a quo nomeou perito para a liquidação por arbitramento (fls. 567). Após a prática de vários atos processuais, incluindo a apresentação do laudo pericial de fls. 889/988, sobreveio a decisão de fls. 1094/1977, de outubro de 2017, declarando os valores devidos. Ora, incumbia ao agravante manejar o recurso de agravo de instrumento, nos termos do art. 1.015, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015). A lei processual é muito clara ao indicar o recurso cabível contra a decisão proferida na fase de liquidação de sentença. O erro é grosseiro, o que afasta a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

O acórdão impugnado acompanhou nesse ponto a orientação firmada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça. Aplica-se, portanto, o óbice enunciado na Sumula 83/STJ: *Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.*

2. Melhor sorte acolhe ao insurgente quanto à alegada ofensa ao art. 1.021, §4º, do CPC/15. *"Em consonância com a jurisprudência pacífica desta Corte Superior, a simples interposição de agravo contra decisão do relator não implica a imposição de multa"*. (EDcl no AgInt no REsp 1321219/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 18/08/2017).

No caso em tela, não é possível inferir que o agravo em recurso especial manejado pela parte padecia de manifesta inadmissibilidade nem que o desprovimento se revestia de notória evidência, a justificar imposição da penalidade prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/15, especialmente se considerada a necessidade de exaurimento de instância para a interposição de recurso especial e extraordinário.

Deve ser afastada, assim, a penalidade imposta.

3. Do exposto, com base no artigo 932 do CPC/15 e na Súmula 568 do STJ, dá-se parcial provimento ao agravo (art. 1.042 do CPC/15) para conhecer em parte e, nessa extensão, dar provimento ao recurso especial, afastando a aplicação da multa prevista no art. 1.021, §4º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator